

BRASIL HOLANDÊS: OS CAMINHOS DO CONHECIMENTO

Leonardo Dantas SILVA

Fundação Joaquim Nabuco (Recife)

Na primeira metade do século XVII, a Holanda, buscando uma base para as operações de sua armada no Novo Mundo, volta suas vistas para o Brasil, visando estabelecer-se sobretudo em Salvador, Rio de Janeiro ou Olinda. Salvador foi inicialmente escolhida como base de ataque, às frotas da Espanha e de Portugal, e etapa na rota para as Índias Orientais. Em 1623 uma frota, financiada pela Companhia das Índias Ocidentais e comandada pelos almirantes Jacob Willeken e Pieter Heyn, invade a capital da Bahia. Expulsos no ano seguinte, os almirantes holandeses retornam à pirataria e, no Mar das Caraíbas, apresam a rica Frota da Prata, do reino de Espanha, obtendo recursos suficientes para a tomada de Pernambuco em 1630.

A riqueza da capitania de Pernambuco na primeira metade do século XVII, bem conhecida em todos os portos do Velho Mundo, veio a despertar as atenções dos Países Baixos que, em guerra com a Espanha, sob cuja coroa estava Portugal e suas colônias, necessitavam de todo o açúcar produzido no Brasil para suas refinarias (26 só em Amsterdam). Com o insucesso da invasão da Bahia, onde permaneceram por um ano, mas com o valioso apoio de Isabel da Inglaterra e Henrique IV da França, rancorosos inimigos da Espanha, os Estados Gerais, reunidos na Haia sob a liderança da Holanda, voltaram o seu interesse para Pernambuco, utilizando-se para isso da Companhia das Índias Ocidentais, formada pela fusão de pequenas associações, em 1621, cujo capital elevava-se, na época, a 7 milhões de florins.

A produção de 121 engenhos de açúcar, “correntes e moentes” no dizer de van der Dussen,¹ viria a despertar a sede de riqueza dos diretores da Companhia, que armou uma formidável esquadra sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, que, com 65 embarcações e 7.280 homens, apresentou-se nas costas de Pernambuco em 14 de fevereiro de 1.630, iniciando assim a história do Brasil Holandês.

Senhores da terra, os holandeses escolheram a povoação do Recife como sede dos seus domínios no Brasil, por ter nesta praça a segurança de que não dispunham em Olinda, “por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa,” na observação de Diogo Lopes Santiago.²

Na noite de 25 de novembro de 1631, resolveram os chefes holandeses pôr fogo na sede da capitania de Pernambuco, “a infeliz vila de Olinda tão afamada por suas riquezas e nobres edifícios, arderam seus templos tão famosos, e casas que custaram tantos mil cruzados em se fazerem”(Santiago).

A dominação holandesa prolongou-se por 24 anos, passando o Recife de simples porto de Olinda a capital da nova ordem.

1. JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU

Seis anos depois da conquista de Pernambuco, o conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais convidou para ocupar a função de Governador-Geral um jovem coronel do exército da União, Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Alemão, nascido em Dillenburg a 17 de agosto de 1604, João Maurício era o filho primogênito do Conde João VII e de sua segunda esposa Margarida von Helstein-Soderborg, uma parente da família real da Dinamarca.

(1) DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório sobre capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. 168p. Tradução, introdução e notas de J.A. Gonçalves de Mello.

(2) SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v.1) 1. ed. integral, segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto(Portugal).

Quando o Conde João Maurício de Nassau aportou em Pernambuco, na qualidade de Governador do Brasil Holandês, em 23 de janeiro de 1.637, trazia em sua comitiva não um exército, à moda dos colonizadores de então, mas uma verdadeira missão artística e científica que ainda hoje desperta as atenções dos estudiosos daquele período.

Com 33 anos de idade, o novo governador fez-se acompanhar do latinista e poeta Franciscus Plante, do médico e naturalista Willem Piso, do astrônomo e naturalista George Marcgrave, dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, do médico Willem van Milaenen, além de outros nomes. Durante o seu governo pôde ainda contar com os serviços de especialistas de relevo, como o do humanista Elias Herckmans, dos cartógrafos Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons, do desenhista Gaspar Schmalkalden, do pintor Zacarias Wagener, além do urbanista e arquiteto Pieter Post, que vieram a se integrar em datas posteriores a esta missão de cientistas.

Chegando ao Brasil, o Conde de Nassau procurou, de imediato, estabelecer a segurança da colônia. Reunindo um exército, com ele partiu em direção ao sul de Pernambuco, conseguindo as vitórias do Comandatuba e Porto Calvo, o que obrigou o comandante das tropas luso-brasileiras, Conde de Bagnuolo, a cruzar a Rio São Francisco e retirar-se para a Bahia. Suspendendo a marcha, o Conde de Nassau firmou na margem esquerda do Rio São Francisco o limite sul da conquista fundando a vila do Penedo e o forte Maurício. Consolidando a conquista, pôde o Conde de Nassau, em consonância com os Altos e Secretos Conselheiros, dedicar-se à tarefa do restabelecimento econômico da colônia procurando, de início, restaurar a indústria açucareira que, com o conseqüente abandono de alguns engenhos pelos seus proprietários luso-brasileiros, da fuga dos escravos e dos estragos da guerra, estavam em ruínas.

Com vistas à ocupação dos engenhos abandonados e confiscados pela Companhia das Índias Ocidentais, abriu inscrições para os novos adquirentes, permitindo que os débitos fossem pagos a prazo; estabeleceu o crédito rural, com a ajuda dos homens de negócio da colônia e correspondentes de capitalistas holandeses e de judeus *sefardim*; e, a fim de conseguir a mão-de-obra necessária, ocupou o Forte de São Jorge da Mina, no Golfo da Guiné, em 1637, então um importante empório de escravos. Somente em 1637, quando de sua chegada, foram vendidos 44 engenhos; seis dos quais arrematados por comerciantes judeus.

Na administração de João Maurício de Nassau um surto de progresso tomou conta do Brasil Holandês, cujas fronteiras foram estabelecidas do Maranhão à foz do Rio São Francisco. O Recife, “coração dos espíritos de Pernambuco” na observação de Francisco de Brito Freyre, veio a sofrer inúmeros melhoramentos e testemunhar vários pioneirismos, como a instalação do primeiro observatório astronômico das Américas. Uma nova cidade veio a ser construída na ilha de Antônio Vaz, onde os franciscanos haviam estabelecido em 1.606 o convento de Santo Antônio. A nova urbe, projetada por Pieter Post, um dos principais representantes, ao lado de Jacob van Campen, do classicismo arquitetônico nos Países Baixos, veio a receber a denominação de *Cidade Maurícia*, em 17 de dezembro de 1639, a *Maurits Stadt* dos holandeses, cujos mapas, aspectos e panorama (94 x 63 cm.) aparecem na obra de Gaspar Barlaeus, publicada em Amsterdam (1.647), e em outras produções artísticas de sua época.³

Aos melhoramentos urbanísticos, inclusive a construção do palácio de Friburgo (conhecido popularmente como Palácio das Torres) e da casa da Boa Vista, de um horto zoobotânico, de um segundo observatório astronômico, situado no Palácio de Friburgo, de canais e viveiros, a construção do templo dos calvinistas franceses, a instalação de duas pontes em grandes dimensões, a primeira ligando a Recife à Maurícia (a nova cidade erguida na ilha de Antônio Vaz) e a outra ligando esta ao continente, vieram juntar-se os trabalhos dos artistas que faziam parte da comitiva.

Uma intensa produção de uma arquitetura não religiosa, de pinturas e desenhos documentando a paisagem, urbana e rural, retratos, figuras humanas e de animais, naturezas mortas, serviram para documentar e divulgar esta parte do Brasil em todo o mundo. Estudos sobre a flora, fauna, a medicina e os naturais da terra, bem como observações astronômicas e um detalhado levantamento cartográfico da região, dizem da importância

⁽³⁾ Ao contrário do que afirmam alguns autores, Pieter Post esteve também no Recife durante o governo do Conde de Nassau. A informação é confirmada por José Antônio Gonsalves de Mello que, quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-1958), encontrou no Arquivo Geral do reino (*Algemeen Rijksarchief*), na Haia, no Cartório da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha), maço nº 54, uma lista de compradores em um leilão de escravos realizado no Recife, em data de 5 de maio de 1639, na qual o “Senhor Pieter Janssen Post (adquire) dois escravos para seu serviço “(*Heer Pieter Janssen Post tot sijn dienst*).

da presença do Conde João Maurício de Nassau à frente desta missão de artistas e cientistas.

Era o Brasil Holandês, à época do governo do Conde João Maurício de Nassau, uma democracia racial ascendente formada por holandeses, franceses, flamengos, italianos, belgas, alemães e uma infinidade de judeus, oriundos da Península Ibérica e do Norte da Europa, que para aqui vieram e deixaram os seus descendentes; lembranças ainda hoje presentes em tipos alvos, de cabelos louros e olhos claros, encontrados em comunidades do interior do Nordeste brasileiro. Demonstra José Antônio Gonsalves de Mello, in *Tempos dos Flamengos*, que tais uniões eram tão freqüentes que no artigo 5º da versão holandesa do documento de capitulação, assinado em 26 de janeiro de 1.654, “consentia aos vassalos dos ditos Senhores Estados Gerais casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra, que fossem tratados como se fossem casados com holandesas.” Uma testemunha da época, procurador da Coroa e Fazenda Real, Antônio da Silva e Souza, assegura que “concedeu-se aos flamengos que quisessem ficar logrando suas fazendas que as terão assim como as tinham de antes e como se foram portugueses, gozando de todos os privilégios que eles gozam”. - E não foram poucos os que ficaram, visto estarem unidos a mulheres da terra, com famílias e propriedades estabelecidas.

Ainda no seu tempo, João Maurício de Nassau, “temeroso das represálias do Governo-Geral do Brasil português, na Bahia, pelos incêndios lançados aos engenhos do Recôncavo pelos holandeses em maio e junho de 1640” (Gonsalves de Mello), resolve convocar uma Assembléia Geral para 27 de agosto a 4 de setembro daquele ano, com a participação de 56 luso-brasileiros, moradores especialmente eleitos de todas as freguesias das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Essa primeira Assembléia, proclamada por Oliveira Lima como legislativa e “a primeira da América do Sul”, no que não concorda José Antônio Gonsalves de Mello,⁴ veio a ser realizada em Maurícia, sob a presidência do Conde de Nassau, que conclamou na sessão de encerramento os agricultores a abandonar a monocultura da cana-de-açúcar em favor das chamadas especiarias orientais e a produção do algodão e do anil, sonhando ainda

⁽⁴⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: IPHAN, 1985.

com a fundação de uma universidade e com a instalação de uma tipografia.

2. CLÁSSICOS NASSOVIANOS

Quando de sua estada em terras do Brasil (1637-1644), o Conde João Maurício de Nassau-Siegen fez reunir o material necessário para um amplo programa editorial visando divulgar esta parte do Novo Mundo para a Europa de então. Ao retornar aos Países Baixos, após sete anos em terras brasileiras, contratou os serviços do conhecido humanista Gaspar van Baerle ou, como veio a ser conhecido, Gaspar Barlaeus (1584-1648), professor do “*Athaeneum Illustre*” de Amsterdam, que, apesar de nunca ter estado no Brasil, veio a ser autor do mais belo livro sobre o período holandês.

Para a realização do seu intento, João Maurício franqueou seus arquivos, e o restante da documentação foi coletado através de pessoas que estiveram no Brasil, dentre as quais o judeu português Gaspar Dias Ferreira, amigo pessoal do conde. Nada foi poupado em favor da bela edição, que aparece impressa em Amsterdam em 1647 com o título *Gasparis Barlaei - Rerum Per Octenium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mavritii, Nassoviae* etc. Impresso na tipografia de Joannis Blaeu, no formato 46 x 29 cms., trazendo como folha de rosto uma bem elaborada gravura e um retrato do conde assinado por Theodoro Matham (1605-1660), o livro é composto de 340 p., com 56 gravuras impressas em papel especial, das quais 24 são mapas e plantas de sítios e fortificações; as 31 restantes são cenas da frota holandesa, combates navais, paisagens e vistas marinhas; 27 levam a assinatura de F. Post (1612-1680) e 15 datam de 1645. Estas gravuras teriam sido executadas em lâminas de cobre por Jan Broosterhuisen (1596-1650) e, segundo alguns autores, por Salomon Savery, a quem foram confiadas as gravações das batalhas navais. O conjunto de mapas é de autoria de George Marcgrave e o de nº 40, no qual aparece o Recife e seus arredores em 1644, parece ser obra do conhecido cartógrafo Cornelis B. Golijath. Os mapas do Brasil Holandês, formados pelo conjunto de George Marcgrave,

reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.⁵

Trata-se de um dos mais belos livros já produzidos sobre o Brasil, com descrições de regiões da África e um mapa do Chile (não numerado), cujas cópias foram apresentadas por João Maurício a diversas personalidades da época. As encadernações originais foram elaboradas em pergaminho, com ilustrações feitas por gravuras em cobre, existindo, ainda, cópias com gravações em ouro e outras aquarelas em datas posteriores. Um desses exemplares foi presenteado a D. João IV pelo embaixador de Portugal na Holanda, Francisco de Souza Coutinho, na época do seu lançamento em 1647. O exemplar, pertencente à Biblioteca Real, veio para o Brasil em 1808, com a transferência da Família Real portuguesa, e hoje integra o acervo da Biblioteca Nacional.

A primeira edição foi escrita em latim (1647), sendo depois traduzida para o alemão (1659) e, na sua íntegra, para o holandês (1.923); nesta última por Samuel Pierre L'Honoré Naber, numa tiragem reduzida de 160 exemplares. No Brasil, a obra foi traduzida para o português pelo Prof. Cláudio Brandão, em 1940, tendo o Ministério da Educação a publicado em duas apresentações, a primeira com 45,5 cm x 31,5 cm, com as reproduções da edição original em zincogravura, e outra em menor tamanho sem ilustrações.

Em 1979, quando do transcurso do tricentenário do falecimento do Príncipe João Maurício de Nassau, ocorrido em 20 de dezembro de 1.679, na sua propriedade de Berg und Tal, nos arredores de Cleve, na Alemanha, foram editados no Recife: o álbum de gravuras *O Brasil que Nassau conheceu*⁶ e a notável obra de Gaspar Barlaeus, *História dos feitos*

⁽⁵⁾ MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana* etc. 2ª ed. Revised and enlarged edition UCLA Latins American Center Publications. University of Califórnia, Los Angeles. Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro (1983). Prefácio de Ludwing Lauerhass, Jr. 2v. il.

⁽⁶⁾ O Brasil *que Nassau conheceu*. Organização de Leonardo Dantas Silva. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1979. (Coleção Pernambucana; 1ª fase, v.20). Reprodução fac-similar *in folio* das ilustrações da 1. ed. da obra de Gaspar Barlaeus, impressa em Amsterdam (1647), 58 gravuras, 27 assinadas por F. Post (1612-1880) e 15 datadas de 1645.

recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc.,⁷ magnificamente ilustrado com lâminas desdobráveis assinadas por Frans Post e mapas de autoria de George Marcgrave e Cornelis Bastianszoon Golijath, copiadas diretamente da edição de Amsterdam (1647).

A produção científica de Willem Piso (1611-1678) e de George Marcgrave (1610-1644) aparece em 1648 quando da publicação da obra *Historia naturalis Brasiliae etc.*, impressa em Amsterdam, no formato 38 cm x 35 cm por Elzevier. A edição contou com a colaboração de Joannes de Laet, autor de *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales.*, impressa em Leiden em 1640, que a pedido do Conde João Maurício de Nassau, se encarregou da compilação e tradução das notas de George Marcgrave, prematuramente falecido na África em 1644. Em sua primeira edição, o livro reúne 429 ilustrações de autoria dos pintores da comitiva de Nassau e algumas xilogravuras do próprio Marcgrave, sendo aberto por uma folha de rosto magnificamente ilustrada por Theodoro Matham. Assinada por dois autores, tem os quatros primeiros livros de autoria de Willem Piso, *De Medicina Brasiliensi*, e os oito restantes de autoria de George Marcgrave, *História rerum naturalium Brasiliae*, os quais foram compilados e anotados por Joannes de Laet. Os oito livros finais tratam, os três primeiros de botânica, o quarto sobre peixes, o quinto sobre pássaros, o sexto sobre quadrúpedes e serpentes, o sétimo sobre insetos e o oitavo (escrito por Joannes de Laet) descreve a região da Nordeste do Brasil e seus habitantes. Esta última parte é de raro valor etnográfico e lingüístico, sendo utilizada na sua elaboração notas de Jacob Rabbi, notável intérprete a serviço dos holandeses, e o extenso vocabulário tupi compilado pelo padre José de Anchieta.⁸

Alegando imperfeições na primeira edição, Willem Piso promoveu uma segunda em 1658, *De Indiae Utriusque re naturali et medica*, impressa em Amsterdam, nas oficinas de Ludovicus et Daniel Elzevier, no formato 36 x 22 cm. A obra compreende seis livros do próprio Piso, reunidos sob o subtítulo *Historiae naturalis et medicae Indiae*

⁽⁷⁾ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos, recentemente praticados no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. XIII, 410 p.il. 60 gravuras, reproduzidas em fac-símile da ed. de Amsterdam de 1647, 27 assinadas por Frans Post (1645). (Coleção Recife; v. 4).

⁽⁸⁾ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

Occidentalis, 332 p.; *Tratatus topographicus et metereologicus Brasiliae, cum Observatione Eclipsis Solaris*, 39 p., de autoria de George Marcgrave; *Historiae naturalis et medicae Indiae Orientalis*, 160 p., de autoria de Jacobi Bonti e um estudo sobre a *Mantissima aromatica*, do próprio Piso. Esta edição é aberta por uma notável folha de rosto, gravada em lâmina de cobre provavelmente por Theodoro Matham, a qual se sucedem cinco páginas sem numeração. Os originais da obra encontram-se na Biblioteca Albertina, em Viena, sendo as duas edições ainda hoje muito consultadas pelos estudiosos da matéria contida em seus capítulos.

Em 1942, a *Historia naturalis Brasiliae etc.* veio a ser traduzida para o português pelo monsenhor José Procópio de Magalhães, sob o título *História Natural do Brasil*, numa publicação do Museu Paulista e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, *in folio*, 25,5 cm. x 39 cm., com a reprodução da folha de rosto, iluminuras e desenhos da edição de 1.648. Prefácio de Affonso de E. Taunay. 298 p + CIV.

Outro livro de rara beleza iconográfica é o poema de Franciscus Plante, *Mauritidos*, dedicado ao Conde João Maurício de Nassau, de quem era capelão. A obra, datada de 1.647, impressa em Amsterdam por Joannis Maire, tem o formato de 42 cm. x 30 cm., 205 p., sendo ilustrada por 20 gravuras (anteriormente publicadas no livro de Gaspar Barlaeus), quatro mapas desdobráveis (Ceará, Pernambuco, Paraíba e ‘Pernambuco Boreal’), um retrato de João Maurício de Nassau (o mesmo do livro de Gaspar Barlaeus, gravado por Theodoro Matham) e outro do próprio Franciscus Plante, gravado por Jonas Suyderhoof. Já em 1.872, esta obra era considerada por Fr. Mueller como um trabalho raro e magnífico.⁹

De extrema raridade é outro folheto (16p.il.), que também leva a assinatura do reverendo Franciscus Plante, totalmente desconhecido pelos bibliógrafos e estudiosos que se dedicaram ao período holandês. Trata-se de um texto poético, com 16 páginas contendo preciosas ilustrações, sobre a tentativa da tomada da Bahia de Todos os Santos por frota comandada pelo Conde João Maurício de Nassau, publicado, sob o título *Legatio Pernambucensis*, impresso em Leiden, na oficina de Wilhelmi Christiani, em 1642. - O único exemplar conhecido deste precioso opúsculo encontra-se hoje na biblioteca do Prof. José Antônio Gonsalves

⁹ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

de Mello, adquirido à livraria Kosmos (Rio de Janeiro), em 8 de março de 1973.

3. JOÃO MAURÍCIO, O BRASILEIRO

Ainda sob o mecenato de João Maurício de Nassau foram elaborados preciosos conjuntos de mapas do Brasil Holandês e de regiões da África. Os primeiros, formados pelo conjunto de George Marcgrave, reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.¹⁰

Da mesma época são os quadros e painéis pintados por Frans Post e Albert Eckhout, responsáveis pela divulgação na Europa das primeiras paisagens brasileiras. Juntem-se a elas, uma farta documentação iconográfica dos naturais da terra, indígenas, portugueses, negros e mazombos [filhos de portugueses nascidos no Brasil] aqui residentes, bem como da flora e da fauna brasileira, obras hoje admiradas nas mais diferentes coleções do mundo.

Pernambuco veio a exercer um fascínio todo especial sobre o conde João Maurício de Nassau, que passou a ser conhecido pelo apelido de “*O Brasileiro* “. Lembra José Antônio Gonsalves de Mello, em apresentação à edição recifense do livro de Gaspar Barlaeus, editada em 1.979 pela Fundação de Cultura Cidade do Recife, que ao regressar à Holanda o conde levou consigo, além de um mobiliário talhado em marfim em Pernambuco, um apreciável acervo de móveis e obras-de-arte assinadas pelos artistas de sua comitiva - pintores Frans Post, Albert van den Eckhout e Zacarias Wagener, cartógrafo e naturalista George Marcgrave, cartógrafos Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons, além de outros objetos ditos menores. Da relação de seus pertences se depreende o gosto do conde por “curiosidades” da terra pernambucana. Assim estão relacionados entre seus objetos, toros de jacarandá torneados, pranchas de pau-santo, pau-violeta e diversos tipos de madeiras de lei; bem como curiosidades outras, não muito comuns para um observador europeu: sete botijas de farinha de mandioca; 103 barriletes de frutas confeitadas; quatro barris contendo conchas e seixos do Cabo de Santo Agostinho.

⁽¹⁰⁾ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit

Lembra ainda a mesma fonte, citando depoimento contido no livro de memórias de Sir William Temple (1628 - 1699), Embaixador da Inglaterra junto ao Reino dos Países Baixos, “recordo o velho Príncipe João Maurício de Nassau que se tinha acostumado com as redes do Brasil e continuou a usá-las freqüentemente ao longo de sua vida, quando sofria de cálculos ou gota e era de opinião que melhorava e conseguia dormir pelo movimento e balanço dessas camas aéreas”. Em sua “cabana” de Berg und Tal, o então Príncipe João Maurício de Nassau conservava um baú com recordações do Brasil, criava um papagaio e costumava dormir em “uma rede de pano de linho brasileiro bordado e guarnecido de amarelo”. Informa ainda J. A. Gonsalves de Mello, que de “uma dessas redes constou do conjunto por ele oferecido ao Rei Luís XIV da França e da qual se tem notícia de que o Delfim nela se embalou”.¹¹

No seu último ano de vida, segundo a mesma fonte, João Maurício, já recolhido em sua propriedade nos arredores de Cleve, demonstrando saudade do Brasil, solicitou, em carta datada de 26 de junho de 1679, a intervenção do representante dos Países Baixos junto à Corte do Rei da Dinamarca, Jacob le Maire, junto ao novo Rei, Cristiano V, no sentido de obter para si cópias dos 26 quadros, 23 dos quais, pintados por Albert Eckhout, que ele houvera anos antes presenteado ao Rei Frederico III, genitor do novo monarca:

Vivo aqui retirado, neste lugar solitário, para, tanto quanto possível, afastar-me dos negócios civis e da guerra, em razão da minha idade. E como este sítio é pouco menos que selvagem, estou pretendendo fazer pintar nesta casa todas as nações selvagens que governei no Brasil. E recordo que há tempos enviei a Sua Real Majestade, de elogiável memória, algumas pinturas daquelas nações, e me consta que por elas a Majestade agora reinante não parece ter nenhuma estima.

Peço por isso a Vossa Senhoria queira tomar o encargo de sondar a aludida Majestade se concordaria em abrir mão delas e mas devolver; caso contrário, se permitiria que elas fossem mandadas copiar por mim, pois delas não conservo cópias. Se Vossa Majestade conceder esse último pedido,

⁽¹¹⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. In BESSELAAR, José Van den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. “Apresentação”. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa, 1982, p. 9 - 13.

como espero, pedirei a Vossa Senhoria queira entender-se com um bom pintor para realizar as aludidas cópias, devendo representar as figuras com um pé de altura e o mais em proporção.

Consta que o embaixador fez ciente ao Príncipe Nassau da concordância do Rei da Dinamarca, em permitir as cópias do conjunto hoje conservado no Museu Nacional de Copenhague, em carta datada de 2 de setembro de 1.679, não se sabendo de qualquer resposta do interessado.¹²

O Príncipe João Maurício de Nassau - Siegen veio a falecer nos arredores de Cleve, na sua propriedade rural, denominada Berg und Tal, a 20 de dezembro de 1679, cercado de lembranças e recordações do Brasil.

4. CRONISTAS DO BRASIL HOLANDÊS

Na introdução que faz ao livro do Reverendo Baers, *Olinda conquistada*¹³, afirma que “nenhuma fase da história nacional possui tão abundante literatura como o atribulado período da dominação holandesa no Brasil Oriental”. Segundo a mesma fonte, G. M. Asher relaciona, no seu *A bibliographical and historical essay* (1854), mais de duzentas publicações referentes ao Brasil, que encontrou na secção denominada - *Bibliotheca Duncaniana* - da Real Biblioteca da Haia, e continuamente se descobrem novas espécies que escaparam ao operoso investigador.

O Domínio Holandês no Norte do Brasil (1630 - 1654) é um dos períodos de nossa história que mais desperta as atenções de estudiosos, não só nacionais como estrangeiros.

Derrotados em Pernambuco, onde assinaram a rendição em 26 de janeiro de 1654, os holandeses retornaram aos Países Baixos nos meses que se seguiram, tendo algumas famílias emigrado para as Antilhas, onde mantiveram a agroindústria do açúcar. A paz, porém, só foi obtida, em 6 de agosto de 1661, quando da assinatura do Tratado. Os anos que duraram

⁽¹²⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. In BESSELAAR, José Van den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. Op. cit .

⁽¹³⁾ João Baers, *Olinda Conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. 2ª edição fac-similar. Recife: SEC; Departamento de Cultura, 1977. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase).

as negociações, quase que custaram a soberania de Portugal, ameaçado em suas fronteiras pelos exércitos de Espanha e com a sua capital bloqueada pela esquadra holandesa fundeada na foz do Tejo. Conclui Evaldo Cabral de Mello, in *O Negócio do Brasil*¹⁴, que Portugal pagaria em dezesseis anos 4.000.000 de cruzados em numerário, cancelamento de impostos, açúcar, fumo e sal, ao preço vigente no Reino na ocasião do pagamento. Esta soma correspondia a grosso modo a 650.000.000 de dólares americanos de 1998. As prestações montariam anualmente a 250.000 cruzados, sendo desembolsados em Lisboa; o câmbio era favorável ao Reino, ao não levar em conta o deságio que gravara a moeda portuguesa em Amsterdã.[..]. As violações do tratado não afetariam o estado de paz, mas na hipótese de descumprimento da parte de Portugal, os Países Baixos poderiam exigir o Nordeste de volta, sem ter de reembolsar o Reino da parcela da indenização amortizada.

A historiografia deste período é uma das mais vastas dos cinco séculos da História do Brasil, como bem demonstrou José Honório Rodrigues ao escrever *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto nacional da Livro, 1949.

No âmbito dos cronistas, que viveram o dia-a-dia da guerra, destacam-se do lado luso-brasileiro, as obras do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. Madrid: Diego Diaz de Carrera, 1654¹⁵; Diogo Lopes Santiago, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*, publicada inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 38-43. Rio: 1875¹⁶; Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno*

(14) MELLO, Evaldo Cabral. *O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641 - 1669*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998. 274 p. il.

(15) COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife, v. 12). Inclui índice onomástico.

(16) SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas da Silva. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v.1). 1. Ed. integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto. Inclui índice onomástico.

e *Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648¹⁷; Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, historia da guerra Brasilica*. Lisboa: Off. Joam Galram, 1675; ainda do mesmo autor, *Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil. Impressa por mandado de El Rey nosso Senhor, Anno 1655* ¹⁸, que juntos bem descreveram as lutas e outros importantes fatos da dominação holandesa, não esquecendo de ocorrências menores, usos e costumes da sociedade de então, bem como do comportamento de reinóis, mazombos (como eram chamados os filhos de portugueses nascidos no Brasil), holandeses, judeus (que durante este período estabeleceram no Recife a primeira comunidade organizada das três Américas), índios, negros e demais habitantes do Brasil Holandês, cujas fronteiras se estendiam do Rio São Francisco ao Maranhão.

De todos, o mais importante é o Frei Manuel Calado do Salvador (1584 -1654), não só porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, e principalmente, por ter privado da amizade do Conde João Maurício de Nassau, que entre 1637 e 1641 foi o Governador do Brasil Holandês. Misto de guerrilheiro, pregador, poeta e cronista, esse religioso natural de Vila Viçosa (Portugal) consegue escrever a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da dominação holandesa, dando-lhes vida e movimento. A importância de seu *O Valeroso Lucideno* já fora ressaltada por Robert Southey, in *History of Brazil*. Londres, 1810. 3 v., e por Capistrano de Abreu, in *Memórias de um frade*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1905-06, v. 65, p. 18. Para José Antônio Gonsalves de Mello, “o seu livro é admirável, pois, além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador, iniciado em 13

⁽¹⁷⁾ CALADO, Frei manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4. Ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985. 2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico.

⁽¹⁸⁾ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasilica*. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. Ed. Recife: SEC - Departamento de Cultura, 1977. 588 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 5). Fac-símile da ed. de: Lisboa: Joan Galram, 1675. Inclui fac-símile da ed. da *Viagem da Armada* etc. Lisboa: Joan Galram, 1655.

de junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena - quase um pincel de mestre pintor - dá vida e movimento”¹⁹.

Do lado dos holandeses a história teve também os seus cronistas, com especial destaque para as obras de Johannes de Laet, Johan Nieuhof e Pierre Moreau, além dos já citados, publicados sob os auspícios do Conde João Maurício de Nassau-Siegen.

Ao primeiro se deve a *Nieuwe Wereldt ofte Baschrijvinghe van West-Indien etc.*, cuja primeira edição foi impressa em Leiden em 1625, tratando do Brasil nos livros 14 e 15 quando descreve a tomada da Bahia (1624). A quarta edição desta obra, publicada em francês em 1640, *L' Histoire du Nouveau Monde ou, Description des Indes Occidentales*, com 14 mapas desdobráveis, ilustrações ao texto, 632 p., é da maior importância pois seu autor, além da conquista da Bahia, trata da tomada de Olinda e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634), da Paraíba (1635), sendo suas informações repetidas por outros cronistas e suas ilustrações reproduzidas em outras publicações da época. A primeira edição da obra foi traduzida para o português por José Hygino Duarte Pereira, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874. 84 p.

A obra de Johan Nieuhof, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize, Behelzende Al het geen op dezelve is voorgevallen*. etc. Amsterdam, 1682, é indispensável para o conhecimento do período entre 1640 a 1649, quando ocorre a grande reação dos luso-brasileiros contra a invasão flamenga, movimento deflagrado em 13 de junho de 1645 e que ficou conhecido como a *Insurreição Pernambucana*. Publica ele inúmeros documentos apreendidos das forças locais de grande importância para o entendimento das causas da rebelião. Dele existe uma edição brasileira, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, numa tradução de Moacir N. Vasconcelos, confrontada com a edição holandesa por José

⁽¹⁹⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 11-12.

Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 9).

Coube a Pierre Moreau escrever sobre os últimos dias do Brasil Holandês, quando da publicação do seu *Histoire des derniers troubles du Brésil. Entre les hollandais et les portugais*. Paris: Chez Augustin Coubre, 1651. 212 p. Chegado a Pernambuco em 1646, Moreau vem a presenciar os acontecimentos que precederam a rendição dos holandeses, escrevendo suas impressões com base nas observações pessoais, desprezando a documentação oficial que tinha ao seu dispor. Seu livro, juntamente com o de Nieuhof, é, no dizer de José Honório Rodrigues, repleto de informações preciosas, para a história social do período, sendo uma das fontes principais do ponto de vista holandês. Em 1979, numa edição conjunta da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora, foi publicado o livro de Pierre Moreau juntamente com o relatório de Roulox Baro, sob o título conjunto *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*, Numa tradução de Leda Boechat Rodrigues, com nota introdutória de José Honório Rodrigues. 128 p.

5. HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Os modernos estudos sobre o Brasil Holandês, têm início a partir da primeira metade do século XIX, com a obra de Pieter Marinus Netscher (1824 - 1903), na qual, pela primeira vez são utilizados parte dos documentos brasileiros conservados nos Arquivos dos Estados Gerais, o que gerou a publicação em francês sob o título: *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays - Bas et le Brésil au XVII siècle*. (Haia: Belifante Frères, 1853. 210 p.).

No Brasil, esses estudos ganham notoriedade com Francisco Adolpho de Varnhagen (1816 - 1878), autor de *História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1.624 a 1.654*. (Vienna d'Áustria, 1871. 365 p.), que teve no ano seguinte uma “nova edição melhorada e acrescentada”, com 401 p., acrescida de índices. Estas edições de Varnhagen, no entanto, são superadas pelo seu próprio autor, quando da publicação da segunda edição de sua *História Geral do Brasil, antes de sua separação e*

independência de Portugal. Muito aumentada e melhorada pelo autor. 2. v. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. (1877). A obra recebeu uma edição mais apurada, com notas de Capistrano de Abreu, quando de sua terceira edição, Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1907. 522 p.

Em 1885, por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, instituição fundada no Recife em 1862 ainda em funcionamento, os estudos sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir da missão do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846 - 1901) em arquivos dos Países Baixos, que prolongou-se até o ano seguinte de 1.886. O relatório de tal missão vem a ser publicado na edição do *Diário de Pernambuco*, de 2 de setembro de 1886.

Trabalhou José Hygino particularmente nos Arquivos dos Estados Gerais e no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia em 1856, resgatando documentação das mais preciosas para o entendimento de tão importante período. No dizer de José Honório Rodrigues (op. cit.) a *Coleção José Hygino* “se constitui no maior acervo de documentos (sobre o Brasil Holandês) fora da Holanda”, em sua grande parte desconhecida das pesquisas desenvolvidas por Netscher e por Varnhagen que ali trabalharam antes de 1856. Segundo a mesma fonte, no seu acervo encontra-se a documentação da Câmara da Zelândia, *Brieven en Papieren uit Brazilie* (13 v.) e as *Dagelijkse Notulen* (12 v.), afora quatro outros volumes encadernados e quatro maços manuscritos, perfazendo o total de cerca de 13.200 páginas.

Graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870 - 1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil Holandês sem a necessidade de sair do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello, o que veremos mais adiante.

Em sua colaboração ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Morais e William Berrien (Rio de Janeiro, 1949. p. 554), José Honório Rodrigues, comentando a obra de Hermann Wätjen sobre o período, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein Kapitel aus der kolonialgeschichte des 17*. Gotha, 1921.

352 p., diz ser este “o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil, Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto. Isso não importa em lhe reconhecer caráter decisivo ou indiscutível, como acreditam alguns. Muitas questões precisam ser reexaminadas, muitas pesquisas novas esclareceram dúvidas do autor e, principalmente, deve ser indicada a sua parcialidade na utilização das fontes. A irrestrita irritação pelos documentos e livros luso-brasileiros é fato indiscutível, que muito prejudica e invalida algumas conclusões”. Existe desta obra uma tradução brasileira de Pedro Uchoa Cavalcanti, sob o título: *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 560 p.

Dois anos antes da publicação do *Manual Bibliográfico de estudos Brasileiros*, porém, José Antônio Gonsalves de Mello revela ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período, quando do lançamento do seu livro *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. com índices. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos da bibliografia publicada até então, o autor, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira, aborda com maestria a influência dos holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra teve uma segunda edição, 5.000 volumes, em 1978 e uma terceira, 3.000 volumes, em 1987.²⁰

Sobre o período holandês o mesmo autor desenvolveu estudos vários,²¹ utilizando-se para isso dos conhecimentos obtidos quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957 - 1958) e de suas

⁽²⁰⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. Ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 15). Inclui bibliografia e índices onomástico e de assuntos; 3. Ed. aum. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1987. 306 p. il. Bibliografia, índices onomástico e de assuntos.

⁽²¹⁾ Ver: GASPAS, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias).

Durante cerca de 40 anos José Antônio Gonsalves de Mello reuniu também, invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos neste sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da Nação - Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1989. 552 p. il. (Estudos e Pesquisas; 65), a mais importante obra sobre a presença de cristãos-novos e judeus no Brasil colonial, a partir de 1542, com destaque para o funcionamento da primeira comunidade judaica organizada em terras da América, a *Zur Israel* do Recife, formada por judeus sefardins portugueses e alguns poucos ashkenazins vindos dos Países Baixos para o Brasil Holandês. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, cerca de 150 famílias da comunidade retornaram a Amsterdam, migrando algumas delas para ilhas do Caribe e 23 de seus membros, entre adultos e crianças, chegaram por conta do destino à América Inglesa onde, na Nova Amsterdam, fundaram em setembro de 1.654 a primeira comunidade judaica daquela que veio a ser a cidade de Nova York. A obra inclui, além de índice onomástico, um dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil, no período compreendido entre 1630 e 1654. A primeira edição de *Gente da Nação* logo esgotou-se fazendo-se necessária uma segunda, o que veio acontecer em 1.996, com sua tiragem estabelecida em 3.000 volumes.²²

Em 1986, sentiu-se que, apesar do grande número de estudos sobre o Brasil Holandês, faltava a bibliografia em língua portuguesa um trabalho que enfocasse a presença da Igreja Reformada em sua primeira incursão em terras brasileiras. Esta tarefa foi magnificamente desempenhada pelo reverendo Frans Leonard Schalkwijk, ao escrever *Igreja e Estado no Brasil Holandês*.²³ No estudo, os anos da dominação

(22) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996. 552 p. (Série Descobrimientos, v. 6). Inclui índice onomástico e dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil (1630 - 1654).

(23) SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretora de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. il. (Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 25).

holandesa (1630-1654) apresentam-se sob um novo ângulo: no prisma da história, a luz incidente se decompõe em novas cores, transformadas em fatos e acontecimentos até então ignorados, levando o leitor comum e o estudioso a travar conhecimento com os primeiros anos da tentativa de implantação da Igreja Cristã Reformada nas terras do Norte do Brasil.

Naquele livro, aborda o autor as relações, até certo ponto difíceis, dos predicantes com os representantes da Companhia das Índias Ocidentais, entidade responsável pelo governo e exploração desta parte do Brasil no período de 24 anos. Estuda exaustivamente tentativa da Igreja Cristã Reformada de implantar sua fé nesta parte do Brasil, inclusive entre índios e negros, a partir da chegada das tropas comandadas pelo general Theodoro van Weerdenburch, em 15 de fevereiro de 1630, que trouxera como seu capelão o reverendo Johannes Baers.²⁴

Por outro lado, com a invasão holandesa, a religião Católica Romana, então dominante, tem o seu culto proibido e alguns dos seus templos passam a servir ao ministério dos predicantes da Igreja Cristã Reformada, que “espalhavam livros e cartilhas pela terra”²⁵, travando-se assim uma guerra surda entre seguidores das duas denominações - “...sendo que se por as ruas passavam alguns religiosos, ou clérigos nossos, os mesmos meninos lhe diziam palavras injuriosas”²⁶ e ou, como

²⁴⁾ Nascido em Gand (Bélgica) em 1.580, filho de Paschasius Baers, tendo iniciado seus estudos em teologia em Leiden, a 30 de maio de 1602, Johannes Baers é autor de interessante depoimento sobre a conquista de Olinda, traduzido por Alfredo de Carvalho com o título *Olinda Conquistada* (Recife 1.898). Em língua holandesa a edição de seu depoimento data de 1630 e tem um longo título: “Olinda, situada na terra do Brasil, na Capitania de Pernambuco, auspiciosamente conquistada em 16 de fevereiro de 1630 sob o comando de Henrick Lonck, descrito breve e claramente por Johannes Baers servo do Verbo Divino no Senhorio de Vreeswijck e como homenagem aos seus 50 anos de idade”.

Predicante em Vreeswijck, pequena aldeia da província de Utrecht, pede licença de um ano para acompanhar a expedição que a Companhia das Índias Ocidentais armara para a conquista do Brasil, na condição de capelão do coronel Theodoro Weerdenburch. Foi nesta qualidade que oficiou atos religiosos, inclusive na igreja matriz do Salvador do Mundo de Olinda, tendo permanecido neste ministério por cerca de dez semanas. O seu retorno aos Países Baixos acontece em maio de 1630, desembarcando em Texel, a 20 de julho, e concluindo o seu relato quatro dias após - “Escrito no Mar Hispânico, passadas as Ilhas Flamengas, a 24 de julho de 1630”.

⁽²⁵⁾ SANTIAGO, Diogo lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Op. cit. P. 164.

⁽²⁶⁾ CALADO, frei Manuel O *Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Op. cit. P. 340, v. 1.

testemunha Diogo Lopes Santiago, “desejavam sumamente os seus predicantes da perfídia herética de extinguir entre os moradores a religião católica romana, e muitas vezes nos conselhos pediram que embarcassem todos os sacerdotes, e a isto exortavam o povo e lhes faziam cruel guerra”.

Despido do toque apologético, que caracteriza a obra dos cronistas presenciais da “Guerra Brasília”, o reverendo Frans Leonard Schalkwijk aborda os fatos dentro da mais absoluta isenção de ânimo. Estuda o Autor, o trabalho missionário da igreja reformada, inclusive entre os indígenas, o que motivou a confecção de um catecismo “nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa.” Aborda ainda, o aspecto da Liberdade Religiosa para os cristãos reformados, judeus e católicos romanos, reunindo assim elementos da maior importância para o estudo da história das religiões no Brasil.

A partir de 1975, a bibliografia referente ao Brasil Holandês passa a contar com os estudos do diplomata e historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello responsável por três obras básicas para o conhecimento de tão importante período: *Olinda Restaurada - Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654* (1.975), *Rubro veio - O imaginário da Restauração Pernambucana* (1.986), *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669* (1998).

Em *Olinda Restaurada*²⁷ estuda o autor a “contribuição da sociedade açucareira do Nordeste do Brasil ao esforço de guerra, através do exame dos mecanismos que lhe permitam mobilizar seus escassos recursos econômicos e humanos na luta contra os invasores”. A “guerra brasílica” é vista sob os seus aspectos econômicos e adaptações militares, observando que a Restauração de Pernambuco (1654) fora “resultado exclusivo do esforço de seus habitantes” que, segundo documento da época, os de Pernambuco haviam feito a guerra “à custa do nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês”.

A “guerra brasílica”, excluída a ocupação de Salvador (1624 - 1625) é dividida por ele em três períodos. O primeiro, chamado de *guerra de resistência*, vai de 1630 a 1637; o segundo, chamado pelos

⁽²⁷⁾ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Forense-Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975. 390 p. 2. Ed. revista e aumentada Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 470 p.

historiadores de *idade do ouro*, coincide com o governo do conde João Maurício de Nassau, entre 1637-1644; finalmente, o terceiro, no qual acontece a *guerra da restauração*, se situa entre 1645 e 1654. Ao contrário da primeira fase, onde se constata uma forte presença de militares europeus no comando e na milícia dos exércitos portugueses, a *guerra da restauração* é feita pela infantaria da terra. Os terços dos restauradores eram formados por gente livre, negros e índios de Pernambuco, que utilizavam métodos e técnicas desconhecidas dos militares europeus, como o fator surpresa, usado a larga na guerra de guerrilhas, contribuindo, assim, para o sucesso sobre os bem municiados exércitos da Companhia das Índias Ocidentais.

A partir de *Olinda Restaurada*, Evaldo Cabral de Mello segue os passos do seu primo e mestre José Antônio Gonsalves de Mello²⁸, utilizando-se para isso das notas reunidas pelo autor de *Tempo dos Flamengos* em arquivos holandeses e no Arquivo Geral de Simancas (Espanha). Já habilitado na língua dos antigos dominadores do Nordeste do Brasil²⁹, inclusive no holandês seiscentista, passa a lidar com mais intimidade com as fontes manuscritas do Brasil Holandês, como se depreende das obras por ele escritas nos anos que se seguiram.

Em *Rubro veio - O imaginário da Restauração Pernambucana*³⁰, Evaldo Cabral de Mello estuda a doutrina que se formou, ao longo dos anos que se sucederam à expulsão dos holandeses, que a gente pernambucana “deveria à Coroa não a vassalagem “natural” a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído a suserania portuguesa”³¹.

(28) “A ele deve o autor o estímulo e a orientação de doze anos de frequentação do sobrado vermelho da rua das Pernambucans, 420, na Capunga, de que guarda a recordação e a saudade mais vivas. Ele não é apenas o grão-mestre da história de Pernambuco e do Nordeste. É também o mais vigilante guardião dos valores que ela encerra”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. P. 16.

(29) “A Elisa van Delden, de Genebra, cuja pertinácia batava terminou por capacitá-lo a ler a língua dos antigos dominadores do Nordeste, o holandês seiscentista, onde iria sentir-se bem mais à vontade do que no holandês moderno”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. P. 17.

(30) MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio - o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 472 p. 2. Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 473 p.

(31) MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*. Op. cit. P. 124.

Segundo o mesmo autor, o nativismo pernambucano, ao pressentir a força dos naturais da terra estabelecer as suas próprias fronteiras, criou para si um ideário que vem tomar forma no último lustro do século XVII. Segundo o discurso que da “nobreza de Olinda”, a restauração fora conquistada “a custa do nosso sangue, vidas e fazendas” sendo Pernambuco, juntamente com as demais capitanias ocupadas pelo Domínio Holandês, entregue ao rei de Portugal debaixo de certas condições.

A gente da terra deveria à coroa não a vassalagem natural a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que, restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído à suserania portuguesa.

As negociações do tratado de paz, a ser firmado entre Portugal e Holanda, após a retirada dos holandeses de Pernambuco, veio a ser objeto do terceiro livro de Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*.³² Nele aborda um dos mais intrincados temas da história colonial do Brasil e de Portugal, para o qual chama a atenção José Antônio Gonsalves de Mello quando da edição de *João Fernandes Vieira - Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*³³, que são as negociações que resultaram no Tratado de Lisboa, assinado em 6 de agosto de 1661, selando finalmente a paz entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

Para isso ele se valeu não somente de uma invejável bibliografia, como também das fontes manuscritas conservadas nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Coleção José Hygino) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Coleção Joaquim Caetano da Silva), além das coleções portuguesas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca do Palácio da Ajuda e Biblioteca Nacional de Lisboa, a fim de dissecar com maestria tão complexo tema da historiografia do Brasil e Portugal.

⁽³²⁾ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 273 p.

⁽³³⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira - Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1956. 2 v.; 2. Ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2.000. 488 p. il.

6. UM GUIA DE FONTES

As missões de pesquisa junto aos arquivos holandeses, desenvolvidas por Joaquim Caetano da Silva (1854), José Hygino Duarte Pereira (1886) e José Antônio Gonsalves de Mello (1957 e 1962)³⁴, revelaram um imenso acervo de documentos de interesse para a história do Brasil e da Holanda no século XVII, mas nem de longe chegaram a um levantamento completo de todo o acervo documental.

Reunida nos diversos arquivos dos Países Baixos, a documentação em questão vem despertando a curiosidade de inúmeros estudiosos que sentem a necessidade de uma catalogação sistemática, de forma a facilitar o acervo aos mais diferentes fundos de pesquisa.

Por falta de uma catalogação, com um índice de assuntos e temas de pesquisa, a pesquisa histórica de temas ligados ao Brasil Holandês vem se tornando cada vez mais difícil e onerosa, daí despertar pouco interesse aos estudiosos das mais diversas nacionalidades.

Neste sentido o Ministério da Cultura do Brasil, através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco vem, com a publicação deste *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês* dar o primeiro passo de modo a facilitar o acesso do investigador ao documento, tentando de forma fácil e rápida orientar os interessados para os diversos arquivos em funcionamento nos Países Baixos.

Na elaboração deste *Guia*, contou o Projeto Resgate, dirigido pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, com a coordenação administrativa do IPAD - Instituto de planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico e a organização e produção editorial a cargo da Fundação Joaquim Nabuco que, através de sua Editora Massangana, é responsável pela elaboração desta edição.

Para o levantamento dos arquivos holandeses, com os respectivos fundos de interesse para o Brasil, foram contratados os

⁽³⁴⁾ Em Abril de 2.000, a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco fez digitalizar dez cadernos de anotações manuscritas, relacionando os documentos consultados pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, quando de suas missões nos Países Baixos (1956 -1962), totalizando um conjunto de 820 páginas. A publicação entregue no mesmo ano aos principais arquivos históricos da Holanda, pelo autor destas linhas, tem o seguinte título: *Arquivos Holandeses - José Antônio Gonsalves de Mello*.

serviços dos pesquisadores Marcos Galindo e Lodewijk Hulsman, o primeiro da Universidade Federal de Pernambuco em bolsa de doutorado na Holanda e o segundo da Universidade de Amsterdã, que oferecem nesta publicação um roteiro acessível a qualquer investigador que necessite utilizar-se dos acervos de quaisquer daqueles centros de pesquisa.

Com a publicação do *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês*, espera os responsáveis pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco despertar o interesse de um número cada vez maior de especialistas nos estudos brasileiros, bem como incentivar os diversos centros arquivísticos no sentido de elaborar a catalogação de todos os fundos de pesquisa, em cujos acervos se encontram documentação direta ou indiretamente ligada a tão importante período da história dos dois países.